



**Campus Santana do Livramento  
Graduação em Administração  
Trabalho de Curso**

**PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES TEMPORÁRIOS EM  
UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

Autoria: Pedro Cabrera Rodrigues Machado  
Orientador: Silvia Amélia Mendonça Flores

**RESUMO**

O incentivo de acesso ao crédito e, por consequência, o estímulo ao consumo mostraram-se como pilares relevantes da estrutura política econômica que permeia o Brasil desde o princípio do Plano Real. Nesse contexto, evidencia-se por um lado maior inclusão financeira da população de baixa renda e, por outro, comprometimento da renda mensal com diversas formas de crédito. Considerando tal temática, bem como a importância do servidor militar temporário, este estudo teve como objetivo geral estimar a propensão de endividamento dos servidores temporários da Organização Militar (OM) situada em Santana do Livramento. Utilizou-se a análise quantitativa de caráter descritivo. Os servidores militares temporários da OM responderam um questionário eletrônico composto por 41 questões. Obteve-se um total de 108 respondentes. Como principais resultados, evidenciou-se que o acesso ao crédito propiciado pelo *status* de servidor público, pode incentivar a contratação de alguma modalidade de recurso de terceiros, geralmente o cartão de crédito e empréstimos para aquisição de bens. Sobretudo, apesar do vínculo contratual de um ano, há uma possível estabilidade empregatícia que proporciona ao servidor a seguridade de contratação de crédito. Além disso, a atitude financeira dos respondentes mostrou-se positiva tanto na tomada de crédito, quanto no uso da renda mensal. Ademais, foi possível inferir que a propensão ao endividamento dos militares em questão retorna um nível baixo. Premissa essa ratificada pelo fator desenvolvido acerca do endividamento, cuja média retornou 4,12 em uma escala de 5 pontos, na qual os extremos representam uma atitude mais tendente ao endividamento e outra mais tendente.

**Palavras-chave:** Endividamento; servidor público; crédito.

**PROPENSITY OF TEMPORARY SERVANTS TO INDEBT IN A MILITARY  
ORGANIZATION IN SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

**ABSTRACT**

The incentive to access the structure and, consequently, the stimulus to consumption are the relevant pillars of the economic policy that has permeated Brazil since the beginning of the Real Plan. In this context, there is, on the one hand, greater financial inclusion of the low-income population and, on the other hand, commitment of monthly income to various forms of credit. Considering thematically, as well as the importance of the temporary military server, this study

aimed to estimate the indebtedness propensity of temporary employees of the Militar Organization (MO) located in Santana do Livramento. Analysis with a descriptive approach was used. Temporary MO military servants responded to an e-mail with 41 questions. A total of 108 respondents were obtained. As the main ones, access to credit is provided, and it can encourage the contracting of some form of third-party resource, usually the public credit card and video for the purchase of goods. Above all, despite the one-year contractual relationship, there is a possibility of employment stability that provides the server with the security of contracting. In addition, the financial attitude of the respondents was positive both in taking out credit and in the use of monthly income. In addition, it was possible to infer that the propensity to indebtedness of the military in question returns one level. This premise was ratified by the factor developed about indebtedness, whose average returned 4.12 on a 5-point scale, in which the extremes represent an attitude more prone to indebtedness and another more inclined.

**Keywords:** Indebtedness; public server; credit.

## **PROPENSÃO AL ENDEUDAMIENTO DE LOS SERVIDORES TEMPORALES EN UNA ORGANIZACIÓN MILITAR EN SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

### **RESUMEN**

El incentivo para acceder a la estructura y, en consecuencia, el estímulo al consumo son los pilares relevantes de la política económica que permea Brasil desde el inicio del Plan Real. Em ese contexto, existe, por un lado, una mayor inclusión financiera de la población de bajos ingresos y, por otro lado, compromiso de ingresos mensuales a diversas formas de crédito. Considerando temáticamente, además de la importancia del servidor militar temporal, este estudio tuvo como objetivo estimar la propensión al endeudamiento de los empleados temporales de la Organización Militar (OM) ubicada en Santana do Livramento. Se utilizó el análisis con enfoque descriptivo. Los militares temporales de la OM respondieron a un correo electrónico con 41 preguntas. Se obtuvo un total de 108 encuestados. Como principales, se facilita el acceso al crédito, pudiendo incentivar la contratación de algún recurso de terceros, generalmente la tarjeta de crédito pública y video para la compra de bienes. Sobre todo, a pesar de la relación contractual de un año, existe una posibilidad de estabilidad laboral que brinda al servidor la seguridad de contratar. Además, la actitud financiera de los encuestados fue positiva tanto en la contratación de crédito como en el uso de los ingresos mensuales. Además, fue posible inferir que la propensión al endeudamiento de los militares en cuestión vuelve a un nivel. Esta premisa fue ratificada por el factor desarrollado sobre el endeudamiento, cuyo promedio arrojó 4,12 en una escala de 5 puntos, en la que los extremos representan una actitud más propensa al endeudamiento y otra más inclinada.

**Palabras-clave:** Endeudamiento; empleado estatal; crédito.

### **1 INTRODUÇÃO**

O mercado financeiro sofre constantes transformações no decorrer dos anos. A partir dessa premissa, a dinâmica do crédito no Brasil, assim como do endividamento, foi influenciada por políticas e estratégias públicas de governo (REIS, 2018). Durante a vigência do primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006), o consumo sofreu grande estímulo tornando-se parte da política econômica (VIERA, ROMA e FERREIRA, 2014; ALVES, 2016). Aliado a isso, o incentivo à concessão de crédito dos bancos e cooperativas de crédito às pessoas de baixa renda, através da criação de leis, desencadeia maior inclusão social no mercado ao mesmo tempo em

que compromete a renda com o pagamento dos débitos (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009; VIEIRA et al., 2014; ZULIANI, 2020; GARBER, 2019; MOREIRA, 2021).

É imperioso salientar, no que se refere a concessão de crédito no Brasil, que há uma ocorrência de forma desproporcional, uma vez que a estabilidade proporcionada pelo serviço público influi diretamente no valor creditado. Nesse contexto, a Lei nº 10.820/2003 regula a utilização do crédito consignado no Brasil, modalidade caracterizada pelo desconto em folha do valor a ser pago (BRASIL, 2003). Ressaltando um retrato na Marinha do Brasil, tem-se que o uso do crédito consignado por parte desses servidores é superior às matrículas inscritas no Centro de Pagamento. Assim, considerando 220 mil matrículas para 330 mil contratos de empréstimos consignado, pode-se inferir que alguns matriculados detêm mais de uma forma de crédito contraída (BRAGA, 2020).

O acesso ao crédito facilitado em decorrência do *status* de servidor público pode desencadear possíveis instabilidades no que tange ao uso das mais variadas modalidades de crédito. Nesse sentido, com uma política econômica que estimula o consumo, as tendências de consumir primeiro e quitar depois proporcionam possibilidades de parcelamento com incidência de juros e em caso de atraso, o possível efeito negativo da “bola de neve”. Além disso, o consumo com a liquidação posterior encaixa-se na definição de endividamento, visto que se tem um débito pendente.

Conforme dispõe Zuliani (2020) evidencia-se que o serviço militar obrigatório pode ser uma alternativa de entrada no mercado de trabalho e inclusão financeira. A Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, conhecida como Lei do Serviço Militar, descreve em seu artigo primeiro que o serviço militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas sob a ótica da defesa nacional.

Além disso, a classificação do serviço militar temporário não se confunde com a carreira militar, seja pela disponibilidade de postos e graduações (soldado, cabo, terceiro-sargento, aspirante-a-oficial, primeiro-tenente e segundo-tenente) seja pelo tempo de serviço estipulado. Dessa maneira, o parágrafo terceiro do artigo 27 da referida lei define que o serviço temporário terá o prazo determinado de 12 (doze) meses, prorrogável a critério da Administração Militar, e não poderá ultrapassar 96 (noventa e seis) meses, contínuos ou não, como militar, em qualquer Força Armada (BRASIL, 1964).

Nesse contexto, ocasionada pela temporariedade característica do serviço militar cabe ao servidor ocupante de tais cargos a preparação econômica para vida após a desvinculação com a Organização Militar (OM), visando a manutenção ou melhora de seu padrão de vida.

Frente esse cenário, considerando o servidor militar temporário do Exército Brasileiro, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual a propensão ao endividamento dos servidores temporários de uma Organização Militar (OM) de Santana do Livramento (RS)? De mesma maneira, a pesquisa traz como objetivo geral estimar a propensão de endividamento dos servidores temporários da OM situada em Santana do Livramento. A partir desse enfoque foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o acesso e uso do crédito nos militares temporários; b) identificar a propensão ao endividamento dos militares temporários; e c) identificar diferenças na propensão ao endividamento conforme variáveis sociodemográficas.

No que diz respeito à relevância acadêmica deste trabalho, infere-se que a relação entre os comportamentos econômicos dos servidores temporários militarizados não fora encontrada em base de dados como *Science Direct* e *SPELL*, sendo possível observar uma carência de estudos com essa população. Além disso, a temática de endividamento é relevante para o entendimento do perfil de consumo e poupança e cada vez mais importante para o planejamento financeiro pessoal. Sobretudo, atualmente a sociedade vê-se assolada pela pandemia da COVID-19, fator esse que acentuou as desigualdades do povo, principalmente no que diz respeito à economia. Dessa feita, a presente pesquisa buscou voltar a atenção para preencher tal

lacuna, embasando-se na análise microeconômica correlacionando a estabilidade do serviço público.

Desta forma, em termos práticos, os resultados, quanto a propensão ao endividamento e utilização do crédito, poderão esses serem úteis à OM em questão, a qual poderá desenvolver ações voltadas à educação financeira e uso do crédito.

Diante da intenção de responder os objetivos propostos neste trabalho, organiza-se esse nos seguintes tópicos: introdução, referencial teórico sobre endividamento, superendividamento e inadimplência, variáveis socioeconômicas e demográficas e acesso ao crédito; metodologia; seguido pela análise de resultados, composta por três seções; e, por fim, as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Acesso ao Crédito**

A palavra crédito advém do latim derivado de *credere* sob a significação de acreditar, ter confiança. Desta forma, o construto crédito é definido por Silva (2017) como a capacidade prevista que uma pessoa tem de reembolsar um investimento (empréstimo, financiamento, por exemplo).

Nesse viés, o acesso ao crédito no Brasil foi potencializado, conforme dispõe Zouain e Barone (2008), durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) com a ocorrência do chamado Pacote de Microcrédito, o qual baseava-se em três pilares: Bancarização; Oferta de Crédito; Formação de Cooperativas.

A partir desse contexto, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, caracterizada como marco principal do incentivo ao crédito as pessoas de baixa renda, objetivava a bancarização para a população de baixa renda e a obrigatoriedade de direcionamento de 2% dos depósitos à vista, recolhidos compulsoriamente ao Banco Central, ao microcrédito (BRASIL, 2003). Ademais, ao final do mesmo ano, ocorreu a regulamentação do Crédito Consignado – crédito oferecido para aposentados, pensionistas e trabalhadores formais, no qual as prestações são descontadas diretamente de seus proventos (ZOUAIN; BARONE, 2008) – com a Lei nº 10.820, de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003).

No âmbito público a Lei nº 1.046 de 02 de janeiro de 1950 dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores públicos. Nesse viés, a Medida Provisória nº 2.215 de 31 de agosto de 2001 regula a remuneração dos militares e traz consigo a autorização expressa para a consignação de no máximo 70% do soldo (remuneração básica) percebido pelo servidor, o qual representa o vencimento dos militares.

Conforme dispõe Moreira (2021), em seus achados no artigo “Habitus militar e endividamento: um estudo de caso na Marinha do Brasil”, de acordo com os respondentes, a facilidade de acesso ao crédito proporcionada pela estabilidade de emprego público contribui para o endividamento pessoal, lançando-os ao vício da contração de empréstimo.

Na conjuntura atual da economia brasileira, conforme o RCF - BCB (2021), em relação à carteira de crédito, observa-se que as modalidades de cartão de crédito à vista e de cartão de crédito parcelado e rotativo somam os maiores volumes, em proporção, de clientes por faixas de renda, com uma representatividade de, em média, 50% sob o prisma das quatro faixas de renda.

Além do exposto anteriormente, as modalidades de consignação, como o empréstimo, dado seu baixo custo e maior facilidade de acesso para aposentados e funcionários públicos, apresentaram constante evolução dentre a década de 2007 e 2018 (RCF, 2018). Com isso, no

lapso temporal de 11 anos, a movimentação em valores do empréstimo consignado superou a movimentação do cartão de crédito.

Em contraste com a constante aquisição do empréstimo consignado no Brasil está a proporção das famílias endividadas na modalidade do cartão de crédito. Segundo a PEIC (2022), a proporção do total de famílias endividadas no cartão de crédito segue avançando, com históricos 87,1% dos endividados com compromissos na modalidade, considerado o crédito de curto prazo e o meio de pagamento mais difundido no País.

O tópico a seguir irá discorrer sobre o endividamento no Brasil, transpassando pelo conceito, contexto jurídico e a atual situação de endividamento.

## **2.2 Endividamento**

Frente ao atual contexto literário, é importante salientar que não há uma definição específica para o fenômeno do endividamento. Essa ocorrência está ligada diretamente as variadas perspectivas adotadas durante os estudos, assim Betti, Dourmashkin, Rossi e Yin (2007) destacam que não há uma única forma de metrificar o endividamento. Ao complementar tal ideia, Carvalho (2017) destaca a ausência de conceitos concretos para a definição do endividamento.

De acordo com o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002), o endividamento é um saldo devedor assumido por determinado indivíduo que é gerado a partir da utilização de capital de terceiros. Corroborando com essa mesma linha de conceituação, outros autores definem o endividamento como a existência de um saldo negativo, contraído a partir de terceiros, onde ocorrerá o pagamento da dívida após o consumo antecipado (MARQUES e FRADE, 2004; CONTREAS, 2006; FERREIRA, 2006; SOUZA, 2018).

Quanto a perspectiva adotada pelo Sistema de Proteção ao Crédito (2016), pode-se inferir que o endividamento é todas as contas em atraso, parcelas ainda não pagas de qualquer aquisição e dívidas assumidas pelo consumidor. Da mesma forma, o Banco Central do Brasil (2021) descreve que o endividamento é a relação negativa entre o saldo total das dívidas e a renda anual do tomador de crédito.

Por outro lado, considerando o endividamento através de fatores cognitivos, Bruski e Magalhães (2006) descrevem a dinâmica do endividamento como a aquisição consciente de algo, fazendo o uso de tal objeto e por algum motivo não honrando com o pagamento da dívida.

Corroborando com a perspectiva anterior, Silva (2008) dispõe que a atitude ao endividamento é definida como uma predisposição aprendida para responder de uma maneira consciente, favorável ou desfavorável, diante de determinadas situações no uso do crédito.

Noutro sentido, o comportamento financeiro, conforme Atkinson e Messy (2012), refere-se aos hábitos que conduzem o consumidor a eleger determinada decisão quanto a adesão ou uso do crédito.

Além disso, Carvalho (2017) expõe tal conceito como um desvio de cognição, acarretando um desequilíbrio na tomada de decisão sobre o consumo de crédito. Sob a mesma análise comportamental, Zerrenner (2007) caracteriza o fenômeno como uma ação involuntária de não pagamento do que foi usufruído, desencadeando no acúmulo de dívidas.

Nesse viés, ao enquadrar o fenômeno do endividamento como uma conceituação multifacetada, Carvalho (2017, p. 111) concluiu no seu estudo “Representação Social do Endividamento Individual” que o endividamento representa para os respondentes o produto de contas, gastos, dívidas e obrigações decorrentes da confluência de fatores gerados por ações individuais e/ou externas, resultando em disposições emocionais perniciosas ao indivíduo.

Diante do exposto anteriormente, Kesse (2012) classifica em duas linhas de estudo o endividamento, sendo elas a macroeconômica e microeconômica. Desta maneira, o

endividamento macroeconômico é caracterizado pela ocorrência de mudanças advindas de um prisma mais amplo, tal como a inflação. Por outro lado, o endividamento microeconômico é compreendido como a ausência do ambiente externo e liga-se a fatores pessoais, como a idade e o gênero.

No Brasil, algumas instituições públicas e privadas voltam-se ao estudo das dinâmicas encontradas na economia brasileira no que tange a temática do endividamento, acesso ao crédito e cidadania financeira. No presente estudo, ocorrerá o amparo em três principais fontes de dados a fim de direcionar a revisão literária. O Relatório de Cidadania Financeira (RCF), proposto pelo Banco Central do Brasil (BCB), com início em 2018, vislumbra a análise da inclusão e educação financeira. Diante de outra perspectiva, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), integrante do sistema da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), através de pesquisas e outros levantamentos, aborda as relações entre tomadores de crédito e credores. A fim de consolidar a tríade de embasamento do presente trabalho, tem-se a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) através da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) que detém da incumbência de avaliar e mensurar o endividamento e inadimplência da população.

De acordo com a PEIC (2022) o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) alcançou 76,1% em janeiro. Já em junho do mesmo ano, de acordo com a aferição semestral divulgada pela mesma referência citada acima, há um acréscimo de 1,2% nas famílias endividadas, retornando o percentual de 77,3%.

No tópico a seguir serão apresentadas outras variantes do fenômeno do endividamento, conceitos estes de suma importância na temática da pesquisa.

### **2.2.1 Superendividamento e Inadimplência**

Os conceitos de Superendividamento e Inadimplência surgem em decorrência da temática do endividamento. Marques e Frade (2004) descrevem o indivíduo superendividado como aquele que se encontra impossibilitado de dar continuidade ao pagamento de uma dívida. Consoante a isso e sob uma perspectiva mais ampla, Alves (2016, p. 8) descreve o superendividamento como um fenômeno presente em todos os países e em todas as classes sociais sendo que suas consequências são multidisciplinares, refletindo não apenas no indivíduo, mas na sua família, no seu trabalho e na sociedade como um todo.

Noutro viés, tem-se a classificação do fenômeno superendividamento em ativo e passivo. Enquanto no primeiro caso há uma contribuição direta do indivíduo para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, nesse último as circunstâncias são imprevisíveis e acabam por afetar de maneira mais gravosa a capacidade de pagamento do devedor (ZERRENER, 2007). No superendividamento ativo, por exemplo, o indivíduo pode acumular dívidas e comprometer uma parcela significativa de sua renda de forma consciente. Por outro lado, no superendividamento passivo, a situação pode ser oriunda de problemas de saúde, desemprego ou outros fatores não controláveis pelo indivíduo.

Diante da análise jurídica, a Lei nº 14.181 de julho de 2021 dispõe sobre reformulações quanto ao Código de Defesa do Consumidor e Estatuto do Idoso visando a inserção de ações voltadas à educação financeira bem como a prevenção e tratamento ao superendividamento. Além disso, a referida lei acaba por regular práticas do mercado no que tange a temática do crédito, como elenca o artigo 54-B ao exigir a obrigatoriedade de informações como o custo efetivo total e a taxa efetiva de juros (BRASIL, 2021), sendo um avanço nessa temática no Brasil.

Claudino, Nunes e Silva (2009) consideram a inadimplência uma consequência negativa do endividamento, sobressaindo-se então ao superendividamento, visto que as dívidas se apresentam em atraso e por acúmulo de juros tornam-se impagáveis ou obliteram o salário do devedor.

Na situação atual, de acordo com o RCF - BCB (2021) a inadimplência apresentou queda para todos os percentis da população em 2020, como possível consequência da alta reestruturação de dívidas. Todavia, conforme a PEIC (2022), ao considerar o lapso do mês de junho de 2021 e 2022, destaca-se que ocorreu um crescimento de 7,6%, cujo percentual atual de endividados encontra-se em 77,3%.

Com isso, o biênio correspondente entre 2021 e 2022 evidenciou aumento no endividamento sob as duas perspectivas de renda, mais de 10 salários-mínimos (+10 SM) e menos de 10 salários-mínimos (-10 SM), na qual aquela representa 74,2% e essa última 78,2%, conforme a PEIC (2022).

Ao cruzar os dados dispostos na RCF – BCB (2021) com o Mapa da Inadimplência (SERASA, 2021) é imperioso destacar que ocorreu um aumento no que tange a inadimplência brasileira. Em números absolutos, em dezembro de 2020 o Brasil encontrava-se com 61,36 milhões de inadimplentes, enquanto sob mesma análise, no ano seguinte foram registrados 63,97 milhões de inadimplentes. Sob o mesmo plano de análise, a inadimplência elevou-se em 3,7%, ao considerar junho de 2021 e 2022, porém há uma tendência de queda ao considerar os meses de abril e junho de 2022.

O acesso ao crédito e endividamento, quando se relacionam de forma desequilibrada, desencadeiam a insegurança financeira, na qual, segundo Kim e Garman (2004), refere-se a frequência de preocupações financeiras pessoais e estresse financeiro. Diante disso, a satisfação financeira é diretamente afetada, sendo que sua conceituação é estabelecida como uma avaliação subjetiva da situação financeira individual, que está intimamente relacionada ao bem-estar subjetivo (VERA-TOSCANO *et al*, 2006).

Dessa forma, será apresentado no tópico a seguir a combinação entre os construtos da inadimplência e endividamento com as relações entre as variáveis socioeconômicas e demográficas, fatores estes que corroboram para um melhor entendimento da problemática.

### **2.2.2 Relação entre variáveis de estado civil e renda e endividamento**

A literatura tem evidenciado que algumas variáveis socioeconômicas e demográficas podem influenciar na propensão ao endividamento. Duas dessas mostram-se presentes de maneira efetiva na população amostral da pesquisa, assim serão abordadas nessa seção. Diante da análise de comportamentos financeiros por parte da população, no que tange ao gênero, é importante salientar que não há uma teoria bem definida quanto quem é mais propenso ao fenômeno do endividamento. Nesse sentido, Kotler e Keller (2006) afirmam que as decisões financeiras são influenciadas por características pessoais, como idade e estágio no ciclo de vida e ocupação.

A relação entre endividamento e estado civil também se apresenta como fator de relevância na literatura. Keese (2012) descreve que os indivíduos solteiros são os que apresentam maiores níveis de sobre-endividamento.

Corroboram para tal afirmativa, Research (2003), Dew (2008), Brown e Graf (2013), nos quais, em seus achados, evidenciam que os solteiros são significativamente mais propensos a ter menores níveis de alfabetização financeira do que os casados.

Ademais, ao analisar a variável da renda, a literatura tem evidenciado fatores que relacionam diretamente a faixa de baixa renda como mais tendente ao endividamento.

(ZERRENNER, 2007; ATINKSON; MESSY, 2012), devido as restrições orçamentárias. O Quadro 1 resume algumas relações reportadas pela literatura.

Quadro 1 - Variáveis que influenciam a propensão ao endividamento.

Variável	Hipótese principal	Referências
Estado Civil	H1: Indivíduos não comprometidos são mais suscetíveis ao endividamento.	Research (2003); Dew (2008); Flores (2012); Brown e Graf (2013); Vieira et al. (2014);
Renda	H2: Quanto menor a renda maior a suscetibilidade ao endividamento	Zerrenner (2007); Atinkson e Messy (2012)

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2021).

A seguir será descrita a fase de procedimentos metodológicos, cujo sentido principal será destacar as etapas executadas para responder os objetivos propostos nessa pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao considerar a linha descrita por Beuren (2013) na qual se delimita a tipologia de pesquisa em três categorias: objetivos, procedimentos e abordagem do problema; e para atingir os objetivos propostos nesse trabalho, caracterizou-se a tipologia quanto aos objetivos como pesquisa descritiva, pois o intuito principal é estipular a propensão dos servidores temporários ao endividamento.

A abordagem adotada foi a quantitativa, uma vez que se busca mensurar com base nas respostas e opiniões do público em pauta a tendência ao endividamento em virtude do status de servidor público temporário, procurando descobrir e classificar a relação entre variáveis (BEUREN, 2013).

Na temática referente ao tipo de pesquisa, sob a ótica dos procedimentos técnicos, adotou-se como método a pesquisa *survey*, a qual se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, solicitando informações a um determinado grupo acerca de um problema, mediante análise quantitativa, obtendo com isso conclusões aos dados que vierem a ser coletados (GIL, 2018).

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário na *web*, via *google forms*, com o objetivo de conhecer as opiniões, interesses e expectativas das situações vivenciadas. O formato web do questionário visa facilitar a coleta de dados, permitindo que o possível respondente determine a melhor ocasião para resposta. Nesse sentido, a etapa de coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários, nos quais Cervo e Brevian (1996) conceituaram como sendo o meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche, possibilitando medir com melhor exatidão o que se deseja. A relação entre as questões, objetivos e referências é representada pelo Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese da construção do instrumento de coleta de dados

Seção	Tema	Variáveis	Referências
A	Uso de crédito	Q1 a Q13	Lopes (2019); Avelar (2014); Bordim, (2019); Polesi (2018);
B	Propensão ao Endividamento	Q14 a Q34	Lopes (2019); Trindade (2016);
C	Variáveis Socioeconômicas e Demográficas	Q35 a Q41	Elaborado pelo autor

Fonte: Adaptado de Flores (2012).

Os militares temporários do Exército Brasileiro serviram como população da pesquisa. Dentro destes, os servidores pertencentes ao município de Santana do Livramento e cujo vínculo seja temporário foram destacados a fim de compor a amostra.

Assim sendo, conforme o departamento pessoal da Organização Militar presente em Santana do Livramento, seu quadro de funcionários corresponde a 175, sendo que desses, 145 são servidores temporários. A partir de tais dados, infere-se que, ao considerar apenas o gênero masculino e respondentes possíveis, 142 corresponderam à população dessa pesquisa e, com base, na amostra probabilística, evidenciou-se uma amostra mínima de 104 respondentes, considerando um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%.

Ademais, para definir o comportamento do entrevistado com relação ao dinheiro, uso do crédito e endividamento, adaptou-se a escala de Moura (2005), composta por cinco pontos (concordo muito, concordo, indiferente, discordo e discordo muito). Em suma, a escala corresponde a doze questões e compreende duas dimensões: uma atitude mais avessa ao endividamento e outra mais tendente (FLORES, 2012, p. 67).

No que diz respeito a análise de dados do estudo, utilizou-se a análise estatística descritiva, considerando a frequência de resposta, o percentual, a média, a mediana e o desvio-padrão. Assim sendo, a análise de tais informações foi através do *software SPSS® 20.0*.

Afim de identificar as relações das variáveis demográficas com a propensão ao endividamento, aplicou-se o teste não paramétrico de *Mann Whitney*, ao considerar a distribuição dos respondentes em dois grupos. De acordo com Pestana e Gageiro (2008), o teste em loco compara o centro de localização de duas amostras.

Ademais, destaca-se a realização de um pré-teste realizado com dois militares. O próximo capítulo apresenta os resultados encontrados.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise dos dados foi dividida em três seções. A primeira seção apresenta um perfil da amostra coletada, ao considerar para tanto os dados sociodemográficos dos servidores da organização em loco. Na seguinte, trata-se de elucidar a dinâmica do acesso ao crédito no público em questão, considerando suas atitudes perante a esse. Por fim, na terceira seção encontra-se as variáveis de endividamento considerando o perfil sociodemográfico e o acesso ao crédito. Além do exposto, salienta-se que o questionário eletrônico compreendeu o período entre 31 de maio e 14 de junho e obteve-se 108 respondentes.

### **4.1 Perfil dos respondentes**

A temporariedade do serviço militar caracteriza o universo de respondentes de forma homogênea. Destaca-se que contribuíram para a pesquisa servidores temporários de uma Organização Militar (OM), cuja idade mínima foi de 18 anos e máxima de 37 anos. Nesse sentido, os servidores entre 18 e 19 anos correspondem à 44 respondentes, sendo 41% dos respondentes, e se situam na graduação inicial da carreira das praças, como soldados do efetivo variável e profissional. Ademais, depreende-se que a média de idade foi de 21 anos.

Quanto ao Estado Civil, mostra-se predominante na amostra os solteiros, em que a representação por percentual válido é de 68,5%, inferindo-se a quantia de 74 respondentes. Com isso, a taxa de quem possui vínculo com outra pessoa é de 29,7%, representada pela quantia de 32 respondentes.

No que diz respeito ao posto e graduação, 42 respondentes encontram-se como soldados do efetivo profissional (Sd EP) e 39 como soldados do efetivo variável (Sd EV), cujo percentual na amostra é de 75%. A graduação de cabos e terceiros-sargentos representa 20,3%, sendo 17

respondentes para aqueles e 05 para os últimos, enquanto os postos do oficialato representam 4,7%, somando no total 05 representantes.

Quanto ao tempo de serviço, em virtude da maioria dos respondentes situarem-se no início da carreira de praças temporários, 51% apresentam menos de 2 anos no serviço temporário. Além disso, 30 servidores encontram-se entre o segundo e quinto ano de serviço militar e 23 estão findando a carreira militar temporária, situando-se entre 5 e 8 anos de serviços prestados. Na temática da renda, a amostra é destacada pelo fato de 73% estarem na graduação inicial da carreira, em que a remuneração é até R\$2.800,00, o que corresponde majoritariamente, aos Soldados do Efetivo Variável e Soldados do Efetivo Profissional. A seguir, apresenta-se os resultados do acesso e uso do crédito.

## **4.2 Acesso e uso do crédito**

Para alcançar um dos objetivos propostos na pesquisa, evidenciou-se que 84,3% dos respondentes afirmaram estar utilizando algum tipo de crédito, totalizando 91 respondentes. Além disso, quando o questionamento se voltou as modalidades de crédito, o uso exclusivo do cartão de crédito mostrou-se frequente em 65 respostas, com uma representatividade de 60,2%. Todavia, ao considerar o uso do cartão de crédito com as demais modalidades (empréstimo, financiamento, cheque especial), o número de usuários corresponde a 88 respondentes, cuja representatividade na amostra é de 83,3%.

Já no que diz respeito a tomada de crédito via empréstimo, infere-se que 16 respondentes alegaram contratar e sob a ótica do financiamento 13 respondentes aderem a tal modalidade. Por fim, o cheque especial se faz presente nas respostas, com 9 respondentes aderindo ao uso. Portanto, a modalidade de crédito mais representativa é o cartão de crédito, premissa essa que converge com a teoria, na qual o Relatório de Cidadania Financeira (2021), infere a modalidade em questão como a mais utilizada.

Quanto aos motivos para contratação/utilização do crédito, mostraram-se como mais frequentes o pagamento de dívidas e a compra de carro ou moto, cuja representatividade no universo amostral de ambas foi de 59,5%. Nesse sentido, é de grande valia destacar o fato de a modalidade de crédito mais utilizada retornar ao cartão de crédito, porém quando se tem a temática da razão como pauta, compras diárias, aquisição de objetos, saúde e milhas representam juntos apenas 17% da amostra.

No que tange o perfil da dívida, 78,7%, dos respondentes atestaram que os vencimentos de suas dívidas se concentram no curto prazo, ou seja, em menos de um ano. Tal recorrência pode ser justificada pela renovação contratual a cada 12 meses proposta pela Administração Pública de acordo com sua conveniência. Outro fator de destaque é a contratação através dos conveniados militarizados, na qual instituições financeiras ofertam oportunidades de crédito consignado por taxas de juros menores que o mercado no lapso temporal de um ano, podendo ser um incentivo de utilização de crédito. Por outro lado, 23 respondentes assumem que suas contas a pagar extrapolam seus contratos de trabalho, ou seja, acima de 12 meses, gerando certo risco caso ocorra a não renovação contratual.

A dependência ao uso do crédito fez-se presente no questionário, no qual retornou a frequência intermediária de algumas vezes com 45 respondentes e uma representatividade de 41,7%, justificando de certa forma a modalidade de crédito mais usada, cartão de crédito. Porém, por um lado as frequências de uso mais altas (muitas vezes e sempre) somam juntas 26 respondentes, com uma representatividade 25% da amostra e noutra face 35 questionados definem não usar ou usar raramente, representando 33% do total. Frente ao contexto da pandemia, 66 respondentes afirmaram a não ocorrência de aumento quanto ao uso do crédito. Nesse caso, a estabilidade salarial pode ser vista como justificativa para o não aumento do uso

de crédito na pandemia, visto que a renda pode ter garantido as demandas necessárias durante a pandemia.

Sob a análise através do contexto da faixa de remuneração e dependência do uso do crédito, destacou-se os seguintes dados, representados pela Tabela 1.

Tabela 1 – Faixa de Renda e uso do crédito na instituição

		Faixa de Renda (em reais)			
		Até 1.400	De 1.401 a 2.800	De 2.801 a 3.500	Mais de 3.500
Qual frequência você depende do uso do crédito?	Nunca	2	1	0	1
	Raramente	12	12	3	4
	Algumas vezes	14	21	7	3
	Muitas vezes	4	9	3	1
	Sempre	4	1	2	2
	Total	36	44	15	11

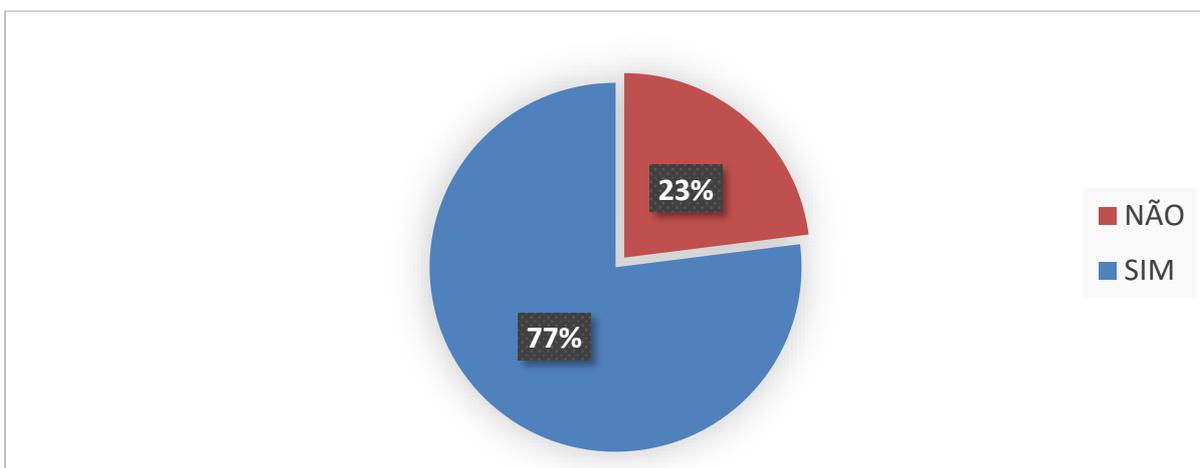
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022)

Os resultados reportam a relação da dependência do crédito com as diferentes faixas de renda. Ao considerar as duas primeiras faixas de renda (mais baixas), os respondentes destacaram depender de alguma modalidade de crédito com uma frequência relativamente alta. Já quando a remuneração se situa nas outras duas faixas de renda, há um decréscimo na dependência. Além disso, evidencia-se que, as duas faixas iniciais tornam os salários percebidos pelas graduações de Soldado do Efetivo Variável e Soldado do Efetivo Profissional.

Ao analisar os motivos para contratação de crédito, questionou-se a utilização para despesas mensais, sendo possível evidenciar que 91 respondentes (84,3% da amostra) dizem não utilizar modalidade de crédito para pagamentos de seus compromissos mensais. Porém, quando o questionamento ponderou sobre a utilização de empréstimos para suprir despesas mensais, notou-se um crescimento na taxa de respostas afirmando tal uso. Com isso, há a possibilidade de inferir a dificuldade na compreensão dos construtos financeiros, e corroborando com tal premissa, Carvalho (2017) explicita a ausência de conceitos definidores tanto de endividamento quanto do uso do crédito. A questão em loco mostrou 13 respondentes com comprometimento de renda, seja por empréstimos, seja por financiamentos, acima de R\$ 700,00 e 24 respondentes quando o valor não supera R\$500,00.

Sob a análise entre acesso ao crédito e endividamento, questionou-se a percepção dos respondentes, identificando se o acesso ao crédito incentiva o endividamento. Os resultados encontrados estão na Figura 1.

Figura 1 – Acesso ao crédito *versus* endividamento



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Os resultados reportam que 83 respondentes (77%), concordam que o acesso ao crédito pode facilitar o endividamento. Tal resposta é ratificada pela literatura voltada ao setor militarizado por Moreira (2021), no qual seus achados mostraram que a facilidade de acesso ao crédito proporcionada pela estabilidade de emprego público contribui para o endividamento pessoal e contratação de empréstimos.

Além disso, quando o tempo dentro da OM é concatenado com a questão que envolve o incentivo ao uso do crédito por conta do *status* temporário de servidor público, evidenciou-se a tabela 2:

Tabela 2 - Tempo de Serviço e Incentivo a utilização de crédito ao servidor temporário

		A temporariedade do serviço militar incentiva a utilização do crédito e possível endividamento?		
		Não	Sim	Total
Tempo de serviço	Entre 2 e 5 anos	15	15	30
	Entre 5 e 8 anos	10	13	23
	Menos de 2 anos	32	23	55
Total		57	51	108

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

De forma geral, os resultados mostram percepções semelhantes dos respondentes, mesmo considerando a diferença de tempo de serviço. Apenas há uma tendência negativa em um faixa de tempo de serviço, representada pelos respondentes que estão dentro da OM a menos de 2 anos.

Ademais, ao verificar especificadamente a postura dos questionados frente ao cartão de crédito, foi possível vislumbrar que 56 respondentes, 52% sob representatividade amostral, afirmam manter um controle rígido dos gastos com o cartão de crédito, possibilitando escolher entre pagamento à vista ou a prazo. Em contraste com tal atitude, mostrou-se que 23 respondentes, cuja representação é de 21%, destacaram pouca preocupação com o controle dos gastos, voltando-se ao fato se irão conseguir pagar a fatura do mês atual. Quanto aos respondentes que não possuem ou não detêm do hábito de realizar compras no cartão de crédito, somam juntos 16 respondentes. Além disso, outros 13 militares alegaram apenas usar o cartão por conta do Programa de Acúmulo de Pontos.

Para aprofundar o entendimento a respeito do uso do cartão de crédito, analisou-se os achados referentes a escala de percepção e comportamento. Salienta-se que a escala variou entre 1 (nunca) e 5 (sempre) pontos, na qual está disposto as frequências e representação percentual na mesma.

Tabela 3 – Caracterização do uso do cartão de crédito

Variável	Méd.	Desv. Pad.	Frequência/Porcentagem				
			Nunca	Raramente	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Sempre
1. Utilizo cartões de crédito e/ou cheque especial por não possuir dinheiro disponível para as despesas	2,28	1,14	33 30,56%	31 29%	32 30%	5 5%	7 6%
2. Verifico a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas	2,96	1,39	16 14,81%	33 30,56%	23 21,3%	11 10,19%	25 23,15%
3. Costumo recorrer a empréstimos para resolver uma situação emergencial (ex: acidente, doença)	1,65	0,86	61 56,48%	28 25,93%	16 14,81%	2 1,85	1 0,93%
4. Tenho meus dados nos registros de órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA)	1,52	1,03	80 74,07%	12 11%	8 7%	4 4%	4 4%
5. Realizo pagamento do valor mínimo nas faturas do cartão de crédito	2,09	1,34	53 49,07%	21 19,44%	15 13,89%	9 8,33%	10 9,26%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Méd: Média; Desv Pad: Desvio Padrão.

Em suma, foi possível identificar que, ao analisar a média dos respondentes, a maior concordância está presente na variável “verifico a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas”, cujo a média foi de 2,96, sendo que esse dado retrata a frequência intermediária (algumas vezes) por parte dos respondentes. Por outro lado, encontra-se a variável “Tenho meus dados nos registros de órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA)” como maior discordância, em que o valor é de 1,52. Assim, é possível identificar certo grau de preocupação dos respondentes no uso do cartão de crédito, bem como a negativa dos dados pessoais em serviços de proteção ao crédito. Além disso, no desvio padrão foi possível identificar certa homogeneidade de respostas, visto que os valores encontrados se aproximam do marco zero.

Já na variável três, de acordo com a tabela 3, 56,5% dos respondentes alegou não recorrer a modalidade de empréstimo para situações emergenciais, o que pode ser uma tendência de uso somente do cartão de crédito. Ademais, quando perguntados se realizam o pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, 49% destacam nunca realizar tal modalidade, a qual projeta elevadas taxas de juros, e, ao considerar as duas ocorrências mais assertivas do ponto de vista econômico, têm-se a taxa de 68,51% da amostra.

Assim, ainda de acordo com a tabela 3, pode-se inferir que, na variável um (utilização de cartões de crédito e/ou cheque especial), 11% da amostra adere as modalidades citadas, considerando-as como um complemento de renda para que possam findar o mês. Noutra perspectiva, 89% dos respondentes destacam não usar ou fazer o uso esporádico, da forma descrita anteriormente. De maneira geral, tal fator pode determinar que os questionados possuem uso consciente do cartão de crédito, o que contrasta com os achados de Lopes (2019) sobre o endividamento do Policial Militar da Paraíba, em que os militares aderiram num percentual de 55%, sendo as maiores taxas de frequência.

Ademais, para complementar os achados a respeito do uso do cartão de crédito, quando perguntados sobre o controle e verificação dos gastos a pagar no cartão de crédito, 51,86% destacam ter tal atitude de uma maneira pouco frequente, e ao acrescer os que não possuem o hábito, a representatividade amostral é de 66,67%. Nisso, cabe a comparação com os achados

na questão doze, que versa sobre a utilização e hábito com o cartão de crédito, a qual retornou na alternativa “mantenho um controle rígido dos gastos do cartão (...)” uma representatividade de 52% da amostra no geral, conforme dispõe a Tabela 4.

Tabela 4: Comportamento frente ao cartão de crédito

Variável		Frequência	Percentual
A respeito do cartão de crédito:	Mantenho um controle rígido dos gastos do cartão. Assim, eu consigo analisar se é melhor comprar à vista ou a prazo (e se as parcelas dos próximos meses cabem no meu orçamento).	56	52%
	Não costumo realizar compras no cartão, pois não percebo vantagem nenhuma.	10	9,3%
	Não possuo cartão de crédito.	6	5,6%
	Penso somente se vou conseguir pagar a fatura daquele mês.	23	21,3%
	Realizo compras no cartão em vista do Programa de Acúmulo de Pontos.	13	12%
TOTAL		108	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Corroborando com essa linha de justificativa, foi possível precisar a postura frente ao uso dos cartões com a idade dos respondentes, dados esses descritos na tabela 5.

Tabela 5 – Comportamento frente ao crédito por idade

		Faixa Etária		
		18 até 20	21 até 23	24 até 37
Utilizo cartões de crédito e/ou cheque especial por não possuir dinheiro disponível para as despesas	Nunca	18	11	4
	Raramente	13	11	7
	Algumas Vezes	21	5	5
	Muitas Vezes	3	1	1
	Sempre	4	0	3
Total		59	28	20

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

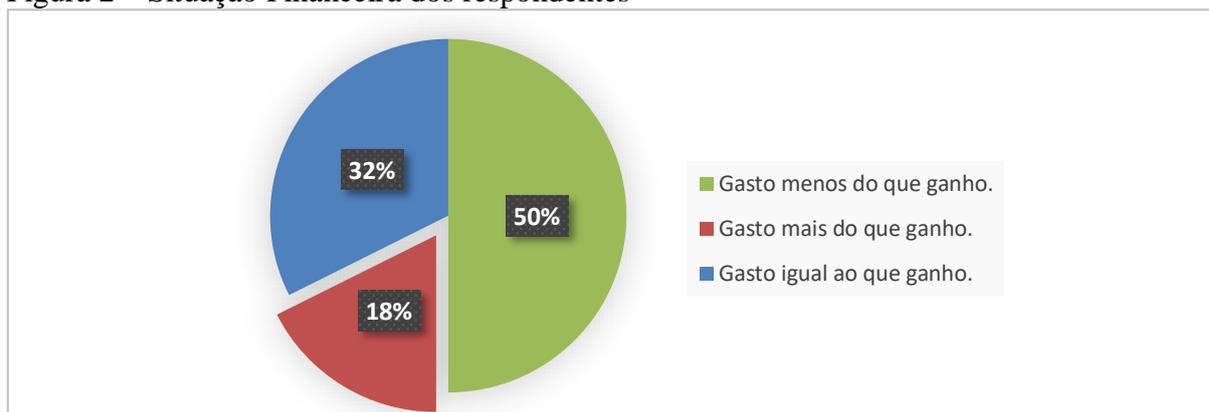
Com isso, de acordo com a tabela 5, os respondentes mais jovens demandam, em grau de porcentagem, mais do que os presentes na faixa etária intermediária, ao considerar que 47,45% representam a primeira faixa etária e 21,42% a faixa etária intermediária. Outro fato de relevante destaque é que na última faixa etária, se relacionada com o tempo de serviço, na qual está presente os militares mais experientes, há um acréscimo no uso do cartão de crédito (considerando algumas vezes, muitas vezes e sempre) para suprir despesas pela falta de dinheiro, já que 9 dos respondentes nessas idades representam 45%.

Na sequência será disposta a análise dos achados quanto ao endividamento.

### 4.3 Endividamento

Sob a face do endividamento, objetivou-se identificar a propensão ao endividamento dos militares temporários. Para tanto, quando perguntados sob a sua atual situação financeira referente aos ganhos, os respondentes caracterizam-se, de acordo com a figura a seguir.

Figura 2 – Situação Financeira dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Dessa forma, é possível destacar que metade dos respondentes gasta menos do que ganha, correspondendo a uma frequência de 54 respondentes. Por outro lado, a outra metade está dividida entre gastos superiores, correspondendo a 19 participantes que alegam deter um gasto maior do que é percebido durante o mês e os que afirmam ter gastos iguais a renda, totalizando 32% do total. A fim de verificar quanto a probabilidade de o gasto além do salário ser algo passageiro, ao cruzar a questão em loco com o hábito de poupar/guardar alguma quantia mensal, foi possível verificar que, dos 19 respondentes que afirmam gastar mais do que ganham, 6 possuem o hábito de poupar alguma quantia mensal.

Ainda na mesma temática, ao incluir o contexto pandêmico sob o prisma da situação financeira, 67 respondentes descreveram não ter tido alteração enquanto 41 afirmam que houve algum tipo de mudança na sua situação financeira. Desses, 22 informam que a sua situação financeira piorou e 19 destacam que houve alguma melhora. A OM esteve presente em operações de combate a COVID-19, nas quais os militares empregados percebiam gratificação de recompensa, sendo que esse fator pode colaborar para entendimento de melhoria ou manutenção na situação financeira sob o aspecto da pandemia.

Da mesma maneira, ao ser questionado sobre os motivos de poupar/guardar dinheiro, os respondentes alegaram em sua grande maioria (41,7%) o simples ato de “guardar e ver depois o que fazer”, com 45 respondentes sob tal perspectiva. Além desse, o motivo de reserva de emergência representou 37 respondentes. Já no que diz respeito a aquisição de bens de maior vulto econômico como automóveis e casa própria, têm-se a frequência de 44 entrevistados.

Além do exposto anteriormente, para alcançar a propensão de endividamento dos servidores em questão, adaptou-se uma escala de cinco pontos que permeia entre as respostas de um a cinco, sendo que na menor tem-se como resposta ‘discordo muito’ e na maior ‘concordo muito’. A tabela 6 representa o perfil de resposta em cada questão.

Tabela 6 – Caracterização do endividamento geral

Variáveis	Méd.	Desv. Pad.	Disc. Tot.	Frequência/Percentual			Conc. Mt.
				Disc.	Indif.	Conc.	
Não é certo gastar mais do que ganho.	4,32	0,87	3 2,78%	2 1,85%	5 4,63%	45 41,67%	53 49,07
É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.	3,69	0,86	2 1,85%	8 7,41%	26 24,07%	58 53,7%	14 12,96%
Sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.	4,15	0,93	3 2,78%	5 4,63%	7 6,48%	51 47,22%	42 38,89%
	2,36	1,08	29	32	26	21	0

Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.			26,85%	29,63%	24,07%	19,44%	0
Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	2,71	1,17	20 18,52%	28 25,93%	29 26,85%	25 23,15%	6 5,56%
É importante saber controlar os gastos da minha casa.	4,35	0,86	3 2,78%	1 0,93%	7 6,48%	41 37,96	56 51,85%
Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.	2,31	1,06	26 24,07%	43 39,81%	20 18,52%	17 15,74%	2 1,85%
As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que tenho dívida.	2,48	1,14	28 25,93%	23 21,3%	39 36,11%	13 12,04%	5 4,63%
Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.	3,32	1,10	10 9,26%	13 12,04%	27 25%	48 44,44%	10 9,26%
Os serviços financeiros são complicados e confusos para mim.	2,58	1,15	20 18,52%	35 32,41%	31 28,7%	14 12,96%	8 7,41%
Comprar com cartão de crédito e pagar a fatura mensalmente é uma forma inteligente de gerir seu dinheiro.	2,97	1,14	11 10,19%	29 26,85%	30 27,78%	28 25,93%	10 9,26%
Sou organizado(a) quando se trata de gerir o dinheiro no dia-a-dia.	3,54	1,24	8 7,41%	18 16,67%	17 15,74%	38 35,19%	27 25%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Méd: Média; Desv Pad: Desvio Padrão; Disc Tot: Discordo Totalmente; Disc: Discordo; Indif: Indiferente; Conc: Concordo; Conc Tot: Concordo Totalmente

Por conseguinte, a tabela 6 é representada por doze questões que visam identificar as atitudes frente ao endividamento dos entrevistados. Nesse viés, é possível afirmar que 91% dos respondentes afirmam que não é certo gastar mais do que ganham, o que entra em contraste com a atual situação financeira desses, já que 50% dos respondentes afirmam ou gastar igual ou a mais do que recebem mensalmente. Com isso, infere-se a teoria descrita por Brusky e Magalhães (2006), Silva (2008) e Atkinson e Messy (2012), na qual há a existência de fatores e atitudes frente ao endividamento os quais são aprendidos, porém o comportamento frente ao crédito não necessariamente tem a mesma implicação. Portanto, entendem que não é certo gastar mais do que ganham, mas se comportam, em alguns casos, de forma distinta.

A questão da organização financeira diária (Sou organizado quando se trata de gerir o dinheiro no dia-a-dia) quando colocada em pauta evidenciou uma negativa representada por 24% dos entrevistados e, ao relacionar a questão sobre a clareza no entendimento das informações dispostas no mercado, 20% alegam ter dificuldades na compreensão.

Ressalta-se então que as maiores discordâncias estiveram presente nas variáveis “Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro”, cuja média voltou-se a 2,31, “Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas”, na qual a média situou-se em 2,36 e “Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista”, representação na média de 2,71. As médias em pauta destacam a indisponibilidade dos entrevistados em contrair algum tipo de crédito com pagamento posterior para usufruir algum bem ou serviço. Nesse sentido é possível retratar uma tendência contrária a esse tipo de atitude, demonstrando uma menor propensão ao endividamento.

Sob contraste do disposto anteriormente, as concordâncias mais representativas são as variáveis “É importante saber controlar os gastos da minha casa”, “Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco” e “Não é certo gastar mais do que ganho”, essas representam, respectivamente, uma média de 4,35, 4,15 e 4,32. O comportamento descrito nas

médias anteriores representa, de certa forma, um nível considerado bom de consciência financeira, uma vez que parece ser possível observar que, apesar dos riscos, as atitudes financeiras dos respondentes são adequadas frente a oferta do mercado. Ao considerar o desvio padrão, é possível identificar um grau de padrão de similitude devido aos valores encontrados aproximarem-se de zero.

Desta feita, ao trazer luz à temática de satisfação e percepção de segurança financeira, através de uma escala de dez pontos, na qual um representa nada satisfeito e nada seguro e dez totalmente satisfeito e totalmente seguro, foi possível destacar a tabela 7.

Tabela 7 – Variáveis do endividamento geral.

Variável	Média	Desvio Padrão	Frequência/Porcentagem		
			1 a 3	4 a 6	7 a 10
Quão satisfeito você está com sua situação financeira atual?	6,02	2,25	15 13,9%	44 40,7%	49 45,4%
Quanto você se sente seguro financeiramente?	5,82	2,34	19 17,6%	48 44,4%	41 38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Ao retornar a variável de satisfação financeira, foi possível identificar que apenas 13,9% dos entrevistados possuem grau de insatisfação com sua situação atual, enquanto 40,7% estão em um grau intermediário de satisfação. Noutro extremo, 45,4% dos respondentes encontram-se conforme com sua situação financeira. Além do mais, ao considerar a média, coloca-se em loco que há o valor de 6,02, corroborando com uma satisfação mediana da amostra como um todo. Quanto ao desvio padrão, identifica-se certo grau de homogeneidade dessa, visto que o valor é de 2,25. De modo geral, conjectura-se que os respondentes estão satisfeitos com sua situação financeira atual, fato esse que pode ser relacionado com a primeira oportunidade de trabalho aos recém ingressos correlacionado com o atual contexto pandêmico somado a períodos de recuperação econômica.

Além do exposto, ao considerar a segurança financeira, destacou-se que a maior frequência de resposta representa 44,4% da amostra e caracteriza-se por uma satisfação intermediária ao situar-se no meio da escala proposta, coincidindo também com a média obtida, 5,82. Com a soma da extremidade mais positiva, representada por muito seguro, 82% dos entrevistados sentem-se seguros ou estáveis financeiramente. Tal resultado pode estar relacionado a estabilidade do serviço militar, mesmo que não a longo prazo, já que, conforme a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, a renovação contratual é de 12 meses.

Noutro viés, cuja ótica da temporariedade do serviço militar faz-se presente, ao serem questionados sobre a preocupação de manter ou melhorar sua situação financeira após a desvinculação com a instituição, destaca-se que a média resultante foi de 5,88, o que acaba por enfatizar que há certo grau de preocupação por parte dos respondentes, já que as frequências intermediárias e elevadas somam juntas 80 respondentes, cuja representatividade amostral é de 74,1%. Diante da mesma variável, porém ao concatenar com a variável de tempo de serviço, foi disposta a tabela 8, a seguir apresentada.

Tabela 8 - Preocupação financeira frente a baixa *versus* tempo de serviço.

	Tempo de serviço:			Total
	Menos de 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 8 anos	
Nada Preocupado	13	8	7	28

Quanto você se preocupa em não ser capaz de manter (ou melhorar) sua situação financeira quando der baixa do Exército?	Preocupado	19	5	10	34
	Muito Preocupado	23	17	6	46

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa (2022)

Dessa forma, de acordo com a exposição dos dados da tabela 8, infere-se que um baixo nível de preocupação está presente na resposta de apenas 28 questionados nas três faixas de tempo de serviço. Com isso, pode-se inferir que a preocupação com a situação financeira, que pode ser justificada pela estabilidade proporcionada pelo serviço público militarizado, está presente desde o ingresso na atividade temporária e perdura, aumentando seu nível, até a última faixa de tempo de serviço.

Ainda nesse mesmo aspecto de relação financeira com dificuldades posteriores ao licenciamento da instituição, 54,6% dos entrevistados assinalam a alternativa “estou fazendo o possível para construir um futuro tranquilo e já me sinto preparado para enfrentar as dificuldades que virão no mercado de trabalho”. Assim é possível observar que mais da metade dos respondentes estão em conformidade e preparados para eventuais situações de desligamento da força. Ademais, 18 questionados informam que não pararam para pensar em tais problemas, haja vista visarem disfrutar ao máximo o tempo dentro da instituição. Por outro lado, 31 respondentes relatam algum grau de receio quanto as dificuldades possíveis encontradas pós exercício na atividade militar e, além disso, acreditam que a melhor maneira de sanar essa problemática é através de um bom salário após a saída do exército.

Dito isso, a seguir serão apresentados os resultados obtidos sob a análise do endividamento com as variáveis socioeconômicas e demográficas da amostra. Para realizar essa análise, utilizou-se como referência a escala de atitude ao endividamento, descrita na Tabela 5 e proposta por Moura (2005). A escala foi validada por Flores (2012), evidenciando, através de uma análise fatorial confirmatória, que as questões mais representativas da escala são: Não é certo gastar mais do que ganho; é melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar; eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco; e é importante saber controlar os gastos da minha casa. No atual instrumento de coleta, essas questões representam as variáveis 19,20, 21 e 24. Assim sendo, utilizou-se o trabalho de Flores (2012) como referência, verificando a confiabilidade das referidas questões para a formação do fator de propensão ao endividamento.

O coeficiente Alfa de Cronbach, reportou o valor de 0,77, ratificando a confiabilidade das variáveis para a formação do fator. Assim sendo, realizou-se a construção do fator por meio da média de respostas dos respondentes para cada uma das questões selecionadas. Com isso, obteve-se uma medida única de propensão ao endividamento. Ademais, tal variável de endividamento, sob o prisma da análise descritiva, retornou uma mediana de 4,25 e um desvio padrão de 0,68, destacando a homogeneidade de resposta durante o agrupamento. A média encontrada representa uma boa atitude ao endividamento, visto que os respondentes consideram importante o planejamento financeiro dos gastos, demonstrando-se menos propensos ao endividamento.

Após a formação do fator de endividamento, utilizou-se essa variável para testar diferenças conforme o perfil dos respondentes. Cabe ressaltar que a amostra se mostrou, de forma geral, homogênea em algumas questões. Portanto, selecionou-se os aspectos de estado civil e renda, os quais tiveram a formação de dois grupos em cada. Ou seja, para estado civil, considerou-se como o primeiro grupo os solteiros e o segundo grupo os que tem algum tipo de união. Para a renda, considerou-se os dois extremos, ou seja, renda mais baixa e renda mais

alta. As hipóteses referentes a cada uma dessas variáveis estão no Quadro 1, a partir de hipótese 2 (H2) e hipótese 3 (H3).

Além disso, afim de obter soluções aos testes de hipóteses H2 e H3, ao considerar o descarte do fator idade devido a estrita semelhança coletada na amostra, através do método não paramétrico de *Mann Whitney*, destacou-se a nulidade em H2 e H3. Os valores obtidos para significância foram, nessa primeira, 0,253 e, no último, 0,835, superando o limite estatístico de 0,05. Sendo assim, não foram significativos estatisticamente, demonstrando que não há diferença de mediana na propensão ao endividamento conforme estado civil e renda. Tais resultados podem ser relacionados com a homogeneidade da amostra. Por fim, tem-se as considerações finais da pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou evidenciar a propensão ao endividamento do servidor militar temporário em uma Organização Militar de Santana do Livramento. Tal objetivo deu-se pelo fato do ingresso do jovem que recém completa a maioridade num vínculo de trabalho público, caracterizado por pretensões salariais e estabilidade que se diferem do setor privado. Assim sendo, mostrou-se notório que, após a análise e discussão dos resultados, grande parte da amostra realiza o uso de alguma modalidade de crédito, sendo que se enfatiza o cartão de crédito, empréstimo e financiamento. Tal fator é de destaque, já que a ausência de pagamento ou atraso em alguma parcela pode desencadear problemas financeiros, transpassando o efeito negativo do endividamento e alcançando a inadimplência. Por outro lado, é importante enfatizar que não há dependência de modalidades de crédito por parte dos respondentes para arcar com suas contas mensais. Em suma, os respondentes convergem a respeito da acessibilidade ao crédito, em virtude do *status* de servidor público, ser um fator que facilita o endividamento.

Verificou-se, a luz da temática do endividamento, e sobre o comportamento com o salário, que metade da amostra gasta menos do que ganha, com a possibilidade da construção de poupança, reservas de emergência, aquisição de veículos ou de moradia, sem demandar de propostas de crédito para isso. Todavia, a outra parte amostral divide-se entre os que gastam igual ao que recebem e os que gastam além do salário. Com isso é possível inferir que esse último grupo descrito, possui uma tendência maior para o endividamento em caso de alguma ocorrência diversa, obrigando-se a recorrer ao uso do crédito para suprir tal necessidade.

Nesse contexto, com relação a atitude quanto ao uso do crédito, foi possível identificar que a grande maioria dos respondentes tem consciência financeira quanto ao uso de seu dinheiro. Os respondentes, demonstraram um nível bom de consciência financeira, uma vez que parece ser possível observar que, apesar dos riscos, as atitudes financeiras dos respondentes são adequadas frente a oferta do mercado. Além disso, é possível concluir que a amostra se caracteriza como satisfeita e segura financeiramente, apesar do crescimento com a preocupação e manutenção no padrão de vida que é proporcionado pela estabilidade anual do serviço militar temporário.

Ao voltar-se as variáveis socioeconômicas e demográficas, inferiu-se a nulidade sobre as duas hipóteses pautadas, sendo “Indivíduos não comprometidos são mais suscetíveis ao endividamento” (H1) e “Quanto menor a renda maior a suscetibilidade ao endividamento” (H2). Tal fato pode estar relacionado com a homogeneidade da amostra e atitudes semelhantes no que se refere a propensão ao endividamento.

Em suma, como contribuição dos achados, foi possível identificar que algumas modalidades de crédito se mostram atrativas devido ao *status* de servidor público e, apesar da atitude positiva dos militares em não se endividarem, é interessante refletir sobre alguns comportamentos específicos, tais como, conferir a fatura do cartão de crédito com mais

frequência e atenção. A falta de controle e planejamento financeiro pode desencadear instabilidades financeiras, sendo aspectos importantes para serem acompanhados.

Quanto as limitações encontradas durante a pesquisa, é possível destacar o tema de endividamento e uso de crédito, visto que ambos construtos ainda são vistos, de maneira geral, como tabus perante a sociedade. Nesse sentido, tais questões podem causar um certo desconforto para os participantes ou limitar o número de respostas válidas, mesmo havendo todo o cuidado com o sigilo das informações. Além disso, a amostra centrou-se apenas em uma Organização Militar caracterizada como subunidade, na qual a representativa amostral não representa outros quartéis. Apesar disso, é representativa estatisticamente dessa instituição.

Nesse viés, sob a temática de pesquisas futuras, a presente pesquisa destaca a importância da tratativa de construtos teóricos, como o endividamento, a inadimplência e o uso do crédito, que possuem relação direta com o cotidiano de cada cidadão. Assim sendo, aponta como temas oportunos a serem desenvolvidos em pesquisas futuras, as relações financeiras de servidores temporários com o leque de crédito que é ofertado, a inclusão do público feminino sob o prisma do uso do crédito e endividamento presente em organizações militares e a verificação, quanto ao tema de educação financeira dentro do ambiente militarizado, propiciando então a mensuração e a relação entre os construtos dessa pesquisa e outros de estrita relação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Hélio Heron. **O Endividamento Do Servidor Público No Brasil: O Caso Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul**. Orientador: Stefano Florissi. 2016. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016;

ATINKSON, A.; MESSY, F. Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, nº 15, 2012.

AVELAR, L. F. **Valores do dinheiro e propensão ao endividamento: Uma análise em estudantes de uma instituição federal de ensino superior**. Orientador: Luis Felipe Dias Lopes. 2014, 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração), UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014;

BAEK, E.; HONG, G. Effects of Family Life-Cycle Stages on Consumer Debts. **JOURNAL OF FAMILY AND ECONOMIC ISSUES**, v. 25, n. 3, p. 359-385, 2004;

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov./dez. 2008;

BCB, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2018**. Disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acesso em: 15/12/2021

BCB, BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira 2021. Disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio\\_de\\_Cidadania\\_Financeira\\_2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf). Acesso em: 15/12/2021;

BETTI, G.; DOURMASHKIN, N.; ROSSI, M.; YIN, Y. Consumer over-indebtedness in the EU: measurement and characteristics. **Journal of Economic Studies**, v. 34, n. 3, p. 136-156, maio, 2007.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: ATLAS, 2013;

BORDIM, A. F. **Motivações do Endividamento de Aposentados e Pensionistas**. Orientador: Adriano Lago. 2019. 34 f. Relatório de Estágio (Bacharel em Administração) – UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2019;

BRAGA, Alexandre de Mello. **REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO PESSOAL: UM DESAFIO ACEITO NA MARINHA DO BRASIL**. Orientador: CMG Hércules Guimarães Honorato. 2020. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Diploma do Curso de Altos Estudos e Estratégia – CAEPE) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020;

BRASIL. **Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964**. Lei do Serviço Militar. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 ago. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14375.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14375.html). Acesso em 09/12/2021;

BRASIL. **Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003**. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 set. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.735.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.735.html). Acesso em 09/12/2021;

BRASIL. **Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021**. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1º jul. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.181-de-1-de-julho-de-2021-329476499>. Acesso em 23/02/2022;

BROWN, M.; GRAF, R. Financial literacy and retirement planning in Switzerland. *Numeracy*, v. 6, n. 2, art. 6, 2013;

BRUSKI, B.; MAGALHÃES, R. S. Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in Sao Paulo. International Labour Organization. Geneva, Switzerland, 2006.

CARVALHO, H. A. de; SOUSA, F. G.; FUENTES, V. L. Representação social do endividamento individual. **REVISTA PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 11, n. 1, p. 100-115, jan./mar. 2017.

CERVO, A. L.; BREVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON BOOKS DO BRASIL, 1996.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIO EM

ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SEMEAD, 2009.  
Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>.  
Acesso em: 05 dez. 2018.

CNC, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **PESQUISA DE ENVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR. BRASIL, CNC – PEIC, 2022.**

CONTRERAS V. L.; DE LA FUENTE T. C.; FUENTEALBA C. J.; GARCÍA C. A.; SOTO G. M. Psicología del Endeudamiento: Una Investigación Teórica. Universidad De La Frontera. Disponível em: <[http://www.inpsicon.com/estudios.../Contreras\\_Esp\\_10052007.pdf](http://www.inpsicon.com/estudios.../Contreras_Esp_10052007.pdf)>.

DEW, J. Debt change and marital satisfaction change in recently married couples. **National Council on Family Relations**. v. 57, n. 1, p. 60-71, jan, 2008.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial Literacy ad Indebtedness: New Evidence for UK Consumers. **New Economic Papers (ECONPAPERS)**, 2011. Disponível em: [https://econpapers.repec.org/paper/notnotcfc/11\\_2f05.htm](https://econpapers.repec.org/paper/notnotcfc/11_2f05.htm).

FERREIRA. R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson IOB, 2006.

FLORES, S. A. M. **Modelagem de Equações Estruturais Aplicada à Propensão ao Endividamento**: Uma Análise de Fatores Comportamentais. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Kelmara Mendes Vieira. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado ao Programa de Pós Graduação em Administração), UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Administração, Santa Maria, 2012.

GARBER, G.; MIAN, A; PONTICELLI J.; SUFI A. Household debt and recession in Brazil. In: HAUGHWOUT, Andrew e MANDEL, Benjamin. **Handbook of US Consumer Economics**. 2019, p. 97-119.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: ATLAS, 2018

GONÇALVES, G. C. **Endividamento Pessoal**: Uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos. Orientador: Dr. Celso Vila Nova de Souza Junior. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública), UnB – Universidade de Brasília, Curso de Gestão Pública, Brasília, 2021;

HALMENSCHLAGER, D. M. A influência da educação financeira aos militares temporários do Exército Brasileiro. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 152, n. 2, p. 65-72, ago. 2019;

KEESE, M. Who Feels Constrained by High Debt Burdens? - Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n.1, p. 125-141, fev, 2012;

KIM, J; GARMAN, E. Financial Stress, Pay Satisfaction and Workplace Performance. **Compensation & Benefits Review**, v. 36, n.1, p.69-76, jan/fev, 2004;

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2006;

LOPES, M. A. **Endividamento x Planejamento Financeiro Pessoal: Um estudo com Policias Militares do Estado da Paraíba**. Orientador: Dr Wenner Glaucio Lopes Lucena. 2019. 60 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis), UFPB – Universidade Federal da Paraíba, Curso de Ciências Contábeis, João Pessoa, 2019;

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. Regular o sobreendividamento. Coimbra. In: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (org.), Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra Editora, 2004, p. 79-98;

MOREIRA, N. X. Habitus militar e endividamento: um estudo de caso na Marinha do Brasil. **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO**, v. 46, n. 1, p. 211-232, jan./abr. 2021;

MOURA, A. G. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005;

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Fev. 2002;

PESTANA, M.; GAGEIRO, J. **Análise de dados para ciências sociais: A complementariedade do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Editora Sílabo, 2008.

POLESI, L. H. **Orçamento Familiar: Um trabalho para verificar se os cadetes do 3º e 4º anos do curso de comunicações da academia militar das agulhas negras do ano de 2018 mantêm um bom controle de seu orçamento financeiro**. Orientador: QCO Alex Hummel. 2018. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Militares) – AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2018;

PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. 175 p. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2006;

POTRICH, A. C.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A.; BENDER FILHO, R. Modelando a propensão ao endividamento: os fatores comportamentais e socioeconômicos são determinantes? **Revista Facultad de Ciencias Económicas**, Bogotá, v. 24, n. 2, p. 85–110, 2016.

REIS, Tiago. Política econômica: conheça os seus instrumentos e objetivos. Suno Research, 27 set. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/politica-economica/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RESEARCH, R. M. **ANZ survey of adult financial literacy in Australia**, 2003. Disponível em:

<<http://www.anz.com/Documents/AU/Aboutanz/AN5654AdultFinLitReport08WebReportfull.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

SERASA, CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS. **MAPA DA INADIMPLÊNCIA E RENEGOCIAÇÃO DE DÉVIDAS NO BRASIL**. BRASIL, SERASA, 2021;

SILVA, A. S. Consumo e Endividamento: Uma avaliação da Conduta Econômica Inspirada no Modelo de Van Raaij. **REVISTA DE ESTUDOS SOCIAIS**, v. 21, n. 42, p 35-62, 2019.

SILVA, Flaviane Costa; et al. Planejamento Financeiro: uma análise do perfil dos servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5., 2014. Santa Catarina. **Anais [...]**. Santa Catarina: Congresso UFSC 2014.

SILVA, Sonia Bessa da. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia**. Orientador: Orly Zucatto Mantovi de Assis. 2008. 318 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2008.

SOUZA, Andreas Suner Serpa. **IMPACTO E EVOLUÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO NO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS PÓS CRISE DE 2008**.

Orientador: Dr. Marcelo Rodrigues dos Santos. 2018, 31 f. Monografia (Diploma Bacharel em Ciências Econômicas) – INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2018;

SPC, SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **O CONCEITO DO ENDIVIDAMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS DA INADIMPLÊNCIA**. Brasil, SPC, 2016.

TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo pls-pm. **REVISTA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO**, v. 73, n. 3, p. 718-746, set./dez 2012.

VERA-TOSCANO, E.; ATECA-AMESTOY, V.; SERRANO-DEL-ROSAL, R. Building financial satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 77, n. 2, p. 211–243, fev, 2006.

VIEIRA, A. L.; ROMA, C. M.; FERREIRA, B. P. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros Selic. **REVISTA ECONOMIA E GESTÃO**, v 14, n. 36, p. 138-160, jul./set., 2014.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014.

WANG, L. B., Lu, A. W. & Malhotra, N. K. (2011). Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: a view from China. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 179-193, fev, 2011.

ZERRENNER, S. A. **Estudo Sobre as razões para a população de baixa renda.**  
Orientador: Roy Martelanc. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) -  
Universidade de São Paulo, Curso de Administração, São Paulo, 2007.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas.  
**REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**; v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov./dez. 2008

ZULIANI, A. L.; FLORES, S. A.; FLORIANO, M. D.; JOSENDE, A. C.; RAMOS, T. J. Os  
jovens militares são alfabetizados financeiramente? Estudo em uma organização da fronteira  
gaúcha. **REVISTA GESTÃO EM ANÁLISE**, v. 9, n. 1, p. 136-153, jan./abr. 2020.

## APÊNDICE A – EXEMPLO DE APÊNDICE

Este questionário faz parte do Trabalho de Curso de autoria de Pedro Cabrera Rodrigues Machado, graduando em Bacharel em Administração na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Santana do Livramento, sob orientação da Professora Silvia Amélia Mendonça Flores. A pesquisa tem como objetivo estimar a propensão de endividamento dos servidores temporários de uma Organização Militar situada em Santana do Livramento.

Destaca-se que todas as identidades dos respondentes serão mantidas em total sigilo.

### A. Uso de crédito:

1. Você está utilizando algum tipo de crédito?

- Não
- Sim

- Nunca
- Raramente
- Algumas vezes
- Muitas vezes
- Sempre

2. Se respondeu sim na questão anterior (nº 1), indique as modalidades de crédito utilizadas. \*Pode marcar mais de uma alternativa:

- Empréstimo (Ex: Consignado, Pessoal)
- Financiamento (Ex: Veículos, imóvel)
- Cartão de Crédito
- Cheque Especial
- Empréstimo com amigos/familiares
- Outro:

6. Houve algum aumento no uso do crédito durante a pandemia?

- Não
- Sim

7. Você utiliza empréstimo para suprir despesas mensais? (Não relacionadas a aquisição de bens).

- Não
- Sim

3. Se você utiliza as modalidades de crédito, quais os principais motivos? (pode marcar mais de uma alternativa).

- Comprar carro/moto
- Construir a casa própria
- Pagar uma dívida
- Motivos de Saúde
- Outro:

8. Se você respondeu SIM na questão anterior (nº 7), os empréstimos para as despesas mensais são de crédito consignado (desconto realizado diretamente na sua folha de pagamento)?

- Não
- Sim

4. O vencimento de suas dívidas se concentra no:

- Curto prazo (até 1 ano)
- Longo prazo (acima de 1 ano)

9. Se você utiliza empréstimos para despesas mensais (SIM na questão 7), quanto do seu salário é comprometido mensalmente com essas despesas para consumo?

- Até R\$300,00
- De R\$301,00 a R\$500,00
- De R\$ 501,00 a R\$ 700,00
- Acima de R\$ 700,00

5. Qual frequência você depende do uso do crédito?

10. Você acredita que o acesso ao crédito incentiva o endividamento?

- Não
- Sim

11. A temporariedade do serviço militar incentiva a utilização do crédito e possível endividamento?

- Não
- Sim

12. A respeito do cartão de crédito:

- Não possuo cartão de crédito.
- Não costumo realizar compras no cartão, pois não percebo vantagem nenhuma.
- Realizo compras no cartão em vista do Programa de Acúmulo de Pontos.
- Penso somente se vou conseguir pagar a fatura daquele mês.
- Mantenho um controle rígido dos gastos do cartão. Assim, eu consigo analisar se é melhor comprar à vista ou a prazo (e se as parcelas dos próximos meses cabem no meu orçamento).

13. Responda conforme o seu comportamento e o seu modo de pensar, de acordo com a escala abaixo:

	Nunca	Raramente	Algumas Veze	Muitas Veze	Sempre
13.1 Utilizo cartões de crédito e/ou cheque especial por não possuir dinheiro disponível para as despesas					
13.2 Verifico a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas					
13.3 Costumo recorrer a empréstimos para resolver uma situação emergencial (ex: acidente, doença)					
13.4 Tenho meus dados nos registros de órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA)					
13.5 Realizo pagamento do valor mínimo nas faturas do cartão de crédito					

## B. Endividamento

14. Qual a sua situação financeira atual referente aos ganhos?

- Gasto mais do que ganho.
- Gasto igual ao que ganho.
- Gasto menos do que ganho.

15. Houve alguma alteração na sua situação financeira durante a pandemia?

- Não.

- Sim, minha situação financeira melhorou.
- Sim, minha situação financeira piorou.

16. Você costuma poupar/guardar alguma quantia mensal de seu salário?

- Não
- Sim

17. Se respondeu SIM na questão anterior (nº 16), indique por qual(is) motivo(s) você poupa? (pode marcar mais de uma alternativa)

- Comprar minha casa própria.
- Comprar carro/moto.
- Para certas emergências.
- Juntar dinheiro, simplesmente, para depois ver o que fazer.
- Pagar impostos (IPVA, IPTU, etc).
- Para despesas com dependentes.
- Outro:

18. Selecciona a opção que corresponde ao seu comportamento e modo de pensar de acordo com a escala a seguir:

	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo o Muito
19. Não é certo gastar mais do que ganho.					
20. É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.					
21. Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.					
22. Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.					
23. Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.					
24. É importante saber controlar os gastos da minha casa.					
25. Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.					
26. As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que tenho dívida.					
27. Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.					
28. Os serviços financeiros são complicados e confusos para mim.					
29. Comprar com cartão de crédito e pagar a fatura mensalmente é uma forma inteligente de gerir seu dinheiro.					
30. Sou organizado(a) quando se trata de gerir o dinheiro no dia-a-dia.					

31. Quão satisfeito você está com sua situação financeira ATUAL?

1    2    3    4    5    6    7    8    9    10

Nada Satisfeito                                 Totalmente Satisfeito

32. Em uma escala de 1 a 10, o quanto você se sente SEGURO financeiramente?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada Satisfeito	<input type="radio"/>	Totalmente Satisfeito									

33. Em uma escala de 1 a 10, o quanto você se preocupa em não ser capaz de manter (ou melhorar) sua situação financeira quando der baixa do Exército?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada Satisfeito	<input type="radio"/>	Totalmente Satisfeito									

34. Você tem medo de ter alguma dificuldade financeira no futuro?

- Tenho sim, mas creio que a única solução para escapar das dificuldades financeiras é ter um bom salário quando der baixa do Exército.
- Não parei para pensar nisto ainda, pois prefiro aproveitar ao máximo o tempo que estou no Exército.
- Estou fazendo o possível para construir um futuro tranquilo e já me sinto preparado para enfrentar as dificuldades que virão no mercado de trabalho

- 3° Sargento
- Cabo
- Soldado Efetivo Profissional
- Soldado Efetivo Variável

38. Tempo de serviço:

- Menos de 2 anos
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 5 e 8 anos

39. Renda líquida no mês:

40. Possui dependentes financeiros (filhos, pais, irmãos, etc)?

- Não
- Sim

### C. Variáveis Socioeconômicas e Demográficas

35. Idade:

36. Estado Civil

- Casado ou União estável
- Solteiro
- Divorciado
- Outro:

37. Posto/graduação:

- 1° Tenente
- 2° Tenente

41. Caso responda SIM na questão anterior (n° 40), seriam quantos dependentes?